

PROGRAMAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA: entre uma renda básica de cidadania e uma renda mínima condicionada

ENTREVISTA ESPECIAL COM EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY

Entrevistadora: Maria Ozanira da Silva e Silva¹
Realizada por e-mail em novembro de 2009

Eduardo Matarazzo Suplicy é Senador da República pelo Partido dos Trabalhadores, pioneiro do debate sobre os programas de transferência de renda no Brasil, autor do projeto de lei 80/1991, propondo instituir o Programa de Garantia de Renda Mínima para todo brasileiro a partir de 25 anos de idade, o qual foi aprovado no Senado, permanecendo, com parecer favorável, para aprovação da Câmara Federal. É também autor da Lei 10.835/2004, que instituiu a Renda Básica de Cidadania para todos os brasileiros, Lei sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006 para implantação no Brasil, iniciando-se pelos mais pobres. É um grande defensor, conhecido internacionalmente, da Renda Básica de Cidadania, membro vitalício, foi co-chair e é presidente honorário da Basic Income Earth Network (BIEN). A BIEN lidera amplo debate internacional sobre a Renda Básica, enquanto modalidade de programa de transferência de renda incondicional. Promove congressos internacionais a cada dois anos, tendo sido o último o 12th BIEN Internacional Congress, realizado em 2008, em Dublin, na Irlanda, devendo o próximo ocorrer em 2010 em São Paulo, Brasil.

Eduardo Suplicy é formado em administração de empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, onde atualmente é professor titular. Tem Phd em Economia pela Michigan State University e é autor de dois livros sobre o tema da transferência de renda: *A Renda de Cidadania: a saída é pela porta*, publicado em 2002 pela Cortez Editora em co-edição com a Editora Perseu Abramo e *Renda Básica de Cidadania: a resposta dada pelo vento*, publicado pela Editora L&P em 2006.

Entrevistadora - O que é a Renda Básica Universal, Incondicional, também chamada de Renda Básica de Cidadania? Como ela se compara com os programas de transferência de renda condicionada? Será ela viável de ser aplicada no Brasil?

Eduardo Suplicy - A Renda Básica de Cidadania, suficiente, na medida do possível, para atender as necessidades vitais de cada pessoa, será paga a

todos os habitantes de uma comunidade, de um município, de um Estado, de um País, ou até mesmo, um dia, de todo um Continente ou do Planeta Terra. Não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica; todas as pessoas passarão a ter o direito de receber a Renda Básica de Cidadania como um direito de participar da riqueza daquela comunidade, município, Estado, País, Continente ou da Terra. Será igual para todas.

Entrevistadora - Por que pagar igualmente a todas as pessoas? Até mesmo aos que têm mais recursos e não precisam dela para a sua sobrevivência, como o Pelé, a Xuxa, o Presidente Lula, o Senado

Eduardo Suplicy - Porque os que têm mais vão colaborar para que eles próprios, e todos os demais, venham a receber.

Entrevistadora - E quais as vantagens de tal procedimento?

Eduardo Suplicy - Primeiro, é muito mais fácil explicar o conceito da Renda Básica de Cidadania, do que os diversos programas de transferência de renda que existem em nosso país e em quase todos os países.

Por exemplo: notem quanto tempo preciso para explicar o Programa Bolsa Família, que existe no Brasil desde outubro de 2003, tendo em conta os valores válidos a partir de setembro de 2009.

Toda família no Brasil, que tiver uma renda mensal per capita ou por pessoa, inferior a R\$ 140,00, passa a ter o direito de receber um benefício que se inicia pelo valor mensal de R\$ 68,00, no caso desta família ter uma renda familiar mensal por pessoa inferior a R\$ 70,00. Terá ainda o direito de receber R\$ 22,00, R\$ 44,00 ou R\$ 66,00, caso a família tenha, respectivamente, uma, duas, três ou mais crianças de até 16 anos de idade. E ainda mais R\$ 33,00 por jovem, até o máximo de dois, entre 16 e 18 anos. Portanto, o Programa Bolsa Família paga um mínimo de R\$ 22,00 e um máximo de R\$ 200,00 por mês. O valor médio do benefício é de R\$ 95,00 por família. O orçamento previsto do Programa Bolsa Família em

2009 é de 11.434 bilhões. O tamanho médio da família brasileira está em torno de 3,5 pessoas. É um pouco maior para as famílias nesta faixa de renda. Há obrigações que as famílias necessitam cumprir. Caso a mãe esteja grávida, deverá comparecer à rede pública de saúde, seja o posto de saúde ou hospital do município, para fazer o exame pré-natal e ter a sua saúde acompanhada. As crianças de até 06 anos devem ser levadas por seus pais para serem vacinadas, segundo o calendário do Ministério da Saúde. As crianças de 07 a 16 anos devem frequentar pelo menos 85% das aulas. Os adolescentes de 16 a 18 anos devem estar presentes em, pelo menos, 75% das aulas.

Suponhamos que a partir de janeiro do ano que vem o governo anunciasse que vai iniciar a Renda Básica de Cidadania, mesmo com um valor modesto acima do que é pago às pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Então o governo diria:

A partir de janeiro próximo, todas as pessoas no Brasil, inclusive as estrangeiras aqui residentes há cinco anos ou mais, não importa a sua condição socio-econômica, passará a receber R\$ 40,00 por mês. Numa família de seis pessoas, o total será de R\$ 240,00. Com o progresso do país, esse valor será aumentado, digamos para R\$ 100,00, um dia para R\$ 500,00, e assim por diante. A ninguém será negado. Será incondicional.

Não é muito mais fácil de compreender?

Entrevistadora - E quais são as outras vantagens de se pagar igual para todos?

Eduardo Suplicy - Eliminamos a burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal. Ou seja, na carteira de trabalho do trabalhador, do funcionário público ou no pagamento feito com nota para qualquer pessoa em retribuição a alguma atividade. Ou que não tenha sido registrado, como por exemplo, o recebimento pago nas ruas à pessoa que toma conta do automóvel, à vizinha para lavar a sua roupa ou ter tomado conta de suas crianças, enquanto foi ao trabalho, ao comprar algo na feira ou de um vendedor ambulante.

Eliminamos qualquer estigma ou sentimento de vergonha de a pessoa ter de declarar: eu só recebo tanto, por isso necessito um complemento de renda para minha sobrevivência.

Eliminamos o fenômeno da dependência que ocorre quando há programas que dizem; quem não recebe até tanto, tem o direito de receber tal complemento. E a pessoa está por decidir. Vou ou não iniciar esta atividade? Mas se eu a fizer, passo a receber tanto, e daí vem o governo e me tira o que eu estava ganhando? Então, é possível que resolva não fazer aquele trabalho e, assim, entro na armadilha do desemprego ou da pobreza.

Se todos nós, entretanto, soubermos que daqui para frente, cada um de nós e todos em nossa família têm o direito à Renda Básica de Cidadania, qualquer

trabalho que fizermos significará um acréscimo de rendimento e, portanto, haverá sempre o estímulo ao progresso.

Entrevistadora - Qual a vantagem mais importante da RBC?

Eduardo Suplicy - A vantagem mais importante da Renda Básica de Cidadania é que ela elevará o grau de dignidade e de liberdade de todas as pessoas. Temos que pensar, como diz o grande economista Amartya Sen, que desenvolvimento, se for para valer, deve significar maior grau de liberdade para todos na sociedade. No caso, por exemplo, de uma moça que não vê alternativa para a sua sobrevivência que não seja vender o seu corpo. Ou de um jovem que para ajudar o sustento de si próprio e da família se vê levado a se tornar um "aviãozinho" de uma quadrilha de narcotráfico. Ou, ainda, de um trabalhador no meio rural que só consegue um trabalho em condições semelhantes à da escravidão. Se estiver em vigência a Renda Básica de Cidadania para essas pessoas e para todas em suas famílias, elas certamente poderão dizer **não** para quem oferece aquela única alternativa, e esperar um pouco mais, até que surja uma oportunidade mais de acordo com sua propensão ou vocação. Quem sabe, possam até fazer um curso profissionalizante durante algum tempo, até que surja melhor ofert

Alguns de vocês podem então pensar:

Entrevistadora - Será que a Renda Básica não vai estimular a ociosidade? O que vamos fazer com aquelas pessoas que tenham uma tendência forte à vagabundagem? Será mesmo que existem tantas?

Eduardo Suplicy - Pensemos um pouco. Todos nós, seres humanos, amamos fazer uma porção de coisas. E nos sentimos responsáveis por fazer uma série de atividades, mesmo sem um pagamento no mercado. Por exemplo, as mães, quando estão amamentando seus nenês com muito amor. Nós, pais e mães, quando cuidamos de nossas crianças, para que se alimentem, não se machuquem, bem se desenvolvam. Quando nossos pais e avós são mais velhos e precisam de nossa assistência. Ali nas organizações de bairros, nas igrejas das mais diversas denominações, nos diretórios acadêmicos em que tantos de nós realizamos trabalhos voluntários, porque nos sentimos úteis à comunidade. Quando os grandes pintores, Vincent Van Gogh e Amedeo Modigliani pintaram as suas obras, saíam pelas ruas para tentar vendê-las, obter a sua sobrevivência, mal conseguiam. Ambos ficaram doentes e morreram precocemente. Hoje as suas obras são vendidas por milhões de dólares.

Ademais, a nossa Constituição assegura o direito à propriedade privada, o que significa que os proprietários das fábricas, das fazendas, dos hotéis, dos restaurantes, dos bancos, dos imóveis dos títulos financeiros têm o direito de receber os rendimentos

do capital, ou seja, os lucros, os aluguéis e os juros. Por acaso está escrito na lei brasileira que para receber tais rendimentos os proprietários do capital precisam necessariamente demonstrar que estejam trabalhando? Não. E normalmente eles trabalham, inclusive muitos também dedicam boa parte de seu tempo para o trabalho voluntário. Por acaso, para receber aqueles rendimentos, eles precisam demonstrar que suas crianças estejam frequentando a escola? Não. Entretanto, fazem questão que elas estejam nas melhores escolas.

Portanto, se asseguramos aos que têm mais recursos o direito de receber aqueles rendimentos sem aquelas condicionalidades, por que não estender a todas as pessoas, ricas e pobres, o direito de todas participarem da riqueza da nação como um direito de todos sermos brasileiros e brasileiras? Ainda mais quando consideramos certos aspectos de nossa história. Como o fato de, por mais de três séculos, pessoas terem sido arrancadas da África para virem trabalhar como escravos no Brasil e, assim, ajudar na acumulação de capital de muitas famílias. Ou então, como o Presidente Lula tem dito, parece que Deus é brasileiro; ajudou a Petrobrás a encontrar o petróleo na camada pré-sal no fundo do Oceano Atlântico. Vocês consideram uma boa ideia que todos os brasileiros venham a participar desta riqueza através de uma modesta renda que permita a sua sobrevivência, igual para todos, como um direito à cidadania?

Entrevistadora - De onde surgiu essa ideia? Quem foi que contribuiu para a sua elaboração desde o início da história da humanidade?

Eduardo Suplicy - Trata-se de uma proposta de bom senso. Seus fundamentos foram elaborados ao longo da história da humanidade e estão presentes em todas as religiões e no raciocínio de grandes filósofos, economistas e pensadores do mais largo espectro.

Quando vocês saíram de casa hoje, o fizeram pela janela ou por onde?

Pela porta? Pois bem, já dizia o Mestre Confúcio, 520 anos antes de Cristo que a incerteza é pior que a pobreza. E pode alguém sair de casa senão pela porta?

Justamente, queremos demonstrar que, se desejarmos acabar com a pobreza absoluta, tornarmos a sociedade mais igual e justa e assegurarmos dignidade e liberdade real para todos na sociedade, uma solução tão simples quanto sairmos de casa pela porta é instituímos uma Renda Básica de Cidadania.

300 anos antes de Cristo, no livro "Política", o filósofo Aristóteles ensinava que a política é a ciência de como alcançar uma vida justa para todos – o bem comum. Para isto, se fazia necessária a justiça política, que precisava ser precedida da justiça distributiva, que torna mais iguais os desiguais.

Qual a palavra na Bíblia Sagrada, em hebraico, mais citada, 513 vezes, no Antigo Testamento? É Tzedaka, que quer dizer justiça social, justiça na sociedade, que era o grande anseio do povo judeu, como também o é do povo palestino.

No Novo Testamento, nos Atos dos Apóstolos, nós observamos que eles resolveram juntar todos os seus bens, viver em solidariedade, de maneira a prover cada um de acordo com as suas necessidades. Nas parábolas de Jesus, como a do Senhor da Vinha, encontramos princípios semelhantes. O senhor da vinha contratou inúmeros trabalhadores ao longo do dia. Com cada um combinou o que ambos consideravam justo. Ao final do dia começou a fazer os pagamentos pelo último que ali chegou. Quando pagou ao primeiro, este lhe perguntou: mas o senhor está me pagando igual ao último que aqui chegou; e eu trabalhei mais do que ele. Ora, você não percebe, respondeu o senhor, eu estou lhe pagando aquilo que ambos combinamos como justo, e que o último que aqui chegou também tem o direito de receber o necessário para o sustento de sua família?

Na Segunda Epístola de São Paulo aos Coríntios, ele recomenda, a todos, que sigamos o exemplo de Jesus que, sendo tão poderoso, resolveu viver entre os pobres, e solidário a eles. De tal maneira, conforme está escrito, para que haja justiça, para que haja igualdade, todo aquele que teve uma safra abundante, não tenha demais. E todo aquele que teve uma safra pequena, não tenha de menos.

Também os seguidores de Maomé, do Alcorão e do Islamismo, neste aspecto, seguem princípios semelhantes. No Livro dos Hadis, dos quatro califas, o segundo deles, Omar, diz: Toda a pessoa que detém um grande patrimônio deve separar uma parte dele para aqueles que pouco ou nada têm.

No Budismo, como escrito por Dalai Lama, em "Uma Ética para o Novo Milênio", ele diz que se for para aceitar o consumo tão suntuoso dos mais ricos, nós precisamos antes assegurar a sobrevivência de toda a humanidade.

Se seguirmos um pouco mais adiante na História, no início do Século XVI, podemos encontrar os ensinamentos de um grande humanista que foi Thomas More. Em 1516, ele escreveu um livro muito gostoso de ler, "Utopia", que fala de um lugar onde tudo funcionaria bem. A certa altura há um diálogo sobre a pena de morte que, introduzida na Inglaterra, não havia colaborado para diminuir a criminalidade violenta, os assaltos, os roubos e os assassinatos. Então, um personagem comenta que muito melhor do que infligir estes castigos horríveis a quem não tem outra alternativa, senão a de primeiro roubar, para depois ser transformado em cadáver, é você assegurar a sobrevivência de todas as pessoas. Com base nesta reflexão, um amigo de Thomas More, Juan Luis Vives escreveu para o prefeito da cidade flamenga de Bruges, em 1526, um tratado de subvenção aos pobres, onde, pela primeira vez, propôs uma garantia de renda mínima.

Mais de dois séculos depois, Thomas Paine, considerado um dos grandes ideólogos das Revoluções Americana e Francesa, explicou para a Assembléia Nacional da França, em 1795, em Justiça Agrária, que a pobreza é algo que tem sua origem na civilização e na propriedade privada. Lá na América, que ele conheceu antes da Independência, ele não enxergava tamanha destituição e pobreza quanto nas vilas e cidades européias de então. Mas considerava de bom senso que uma pessoa que cultive a terra e faça nela benfeitorias possa usufruir de seu trabalho na sua propriedade. Deveria, entretanto, separar uma parcela desse rendimento para um fundo que a todos deveria pertencer. E desse fundo, uma vez acumulado, se pagaria a cada pessoa residente neste país, tanto um capital básico quanto uma renda básica, não como uma caridade, mas como um direito de todos participarem da riqueza da nação e que lhes foi retirado quando instituída a propriedade privada. E esta era uma proposta para todos os países.

Outro inglês, professor primário, Thomas Spence, num folheto publicado em Londres com o título “Os direitos das crianças” (1797) propõe: que cada localidade coloque em leilão o uso de todos os bens imóveis existentes, que utilize a receita para cobrir todas as despesas públicas locais, inclusive a construção e a manutenção dos imóveis, assim como os impostos devidos ao governo. E que distribua trimestralmente o excedente em partes iguais entre todos os habitantes, cuja subsistência será assim assegurada.

Em 1848, Joseph Charlier, em “Solução do problema social”, afirma que todos os homens têm o direito a gozar dos recursos naturais criados pela Providência para que possam prover às suas necessidades. Em “Princípios de Economia Política” (1848), o economista e filósofo inglês, John Stuart Mill defendeu que se deveria atribuir a cada pessoa, seja ou não capaz de trabalhar, um mínimo de subsistência.

No Século XX, filósofos e economistas das mais diversas tendências, depois de examinarem as mais diversas ideologias e proposições, chegaram a uma conclusão comum, como a expressa por Bertrand Russel, em 1918, em “Os Caminhos para a Liberdade: socialismo, anarquismo e sindicalismo”: “O Plano que estamos preconizando reduz-se essencialmente a isso: que certa renda, suficiente para as necessidades, será garantida a todos, quer trabalhem ou não, e que uma renda maior – tanto maior quanto o permita a quantidade total de bens produzidos – deverá ser proporcionada aos que estiverem dispostos a dedicar-se a algum trabalho que a comunidade reconheça como valioso”.

Em 1920, em “Um Esquema para um Bonus Social”, o casal Dennis e Mabel Milner propuseram que:

“Todo indivíduo, todo o tempo, deveria receber de um fundo central uma pequena soma em dinheiro que seria suficiente para manter a vida e a liberdade se tudo o mais falhasse: que toda pessoa deveria receber uma parte de um fundo central, de maneira

que toda pessoa que tenha certa renda deveria contribuir com uma parcela proporcional à sua capacidade.”.

Em 1937, a grande economista Joan Robinson, em “Introdução à Teoria do Pleno Emprego”, propôs que se distribua a todos, aos sábados, uma libra. Seu colega na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, que também conviveu com John Maynard Keynes e que, em 1977, foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia, James Edward Meade, foi um dos principais defensores da Renda de Cidadania. Desde quando ele elaborou “Diretriz de Política Econômica para um Governo Trabalhista”, em 1935, até trabalhar de forma mais amadurecida em sua trilogia sobre Agathotopia, em 1989, 1992 e 1995, ela desenvolveu uma bela argumentação.

Meade relata sua longa viagem em busca de Utopia. Por mais que navegasse, não conseguiu encontrá-la. No caminho de volta, deparou-se com Agathotopia. Um economista que se tornou seu amigo, lhe disse que os agathotopianos sabiam onde ficava Utopia, mas não iriam lhe contar, pois tinham uma grande diferença com os utopianos, que eram seres humanos perfeitos, que viviam num lugar perfeito. Os agathotopianos eram seres humanos imperfeitos, que cometiam as suas bobagens e perfídias, mas que tinham conseguido construir um bom lugar para se viver.

Meade observou que em Agathotopia eles haviam construído instituições e arranjos sociais que eram os melhores para, simultaneamente, se alcançar os objetivos de liberdade, no sentido de cada um poder escolher no que trabalhar e de poder gastar o que receber no que quiser; de igualdade, no sentido de não haver grandes disparidades de riqueza e renda; e de eficiência, no sentido de se alcançar o maior padrão de vida possível com os recursos e a tecnologia vigentes.

E quais eram os arranjos? Flexibilidade de preços e salários, para haver a boa alocação de recursos; formas de associação entre trabalhadores e empresários, de maneira que aqueles fossem contratados não apenas por salários, mas também por participação nos resultados; e, finalmente, um dividendo social que proporcionasse a garantia de renda a todos. Propôs ainda que esses objetivos fossem alcançados por etapas, porém com passos firmes nesta direção.

O maior economista do Século XX, John Maynard Keynes, em 1939, em “How to Pay for the War?”, publicado em “The Times”, procurou convencer seus compatriotas, quando estavam para entrar em guerra, que deveriam se preparar para a defesa e, inclusive, separar 2% do Produto Nacional Bruto; portanto 100 milhões de libras esterlinas de um total de 5 bilhões, para se assegurar a todas as pessoas uma renda básica.

Abba Lerner, que trabalhou com Oskar Lange sobre a Teoria Econômica do Socialismo de Mercado, em 1944, publicou “A Economia do Controle: A Economia

do Bem Estar”, em que propõe a instituição de uma soma fixa como um imposto de renda negativo para todos.

Outros laureados com o Nobel de Economia, defensores do sistema de mercado, argumentaram em favor da garantia de uma renda mínima para os que não tivessem o necessário para sobreviver. Assim, Friedrich Kayek, em “O Caminho da Servidão”, em 1944, George Stigler, em “The Economics of Minimum Wage Legislation”, na *American Economic Review*, 36, de 1946, observa que, se se quiser combater a pobreza absoluta e promover o emprego, melhor do que o salário mínimo, seria a instituição de um imposto de renda negativo que proveria uma renda mínima aos que não alcançassem o necessário com seus rendimentos. O mesmo ponto, de maneira bastante didática, foi popularizado por Milton Friedman, em “Capitalismo e Liberdade”, em 1992. Quem mais se empenhou na elaboração e defesa de uma renda mínima garantida ao longo, sobretudo dos anos sessenta e setenta, foi James Tobin, que em muitos aspectos diferia de Friedman, pois era um defensor das proposições de Keynes. Em 1972, o Nobel James Tobin ajudou o candidato democrata George Mc Govern a elaborar a proposição de um “Demogrant” de US\$ 1.000 anuais para todos os americanos, justamente o conceito de uma renda básica.

James Tobin, Paul Samuelson, John Kenneth Galbraith, Robert Lampman, Harold Watts e 1200 economistas, em 1968, encaminharam um manifesto ao Congresso norte-americano em favor da adoção de um sistema de complementação e garantia de renda. Em 1969, o Presidente Richard Nixon convidou Daniel Patrick Moynihan, um arquiteto de programas sociais dos governos John Kennedy e Lyndon Johnson, para desenhar o Plano de Assistência à Família, que instituiria a garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo. Foi aprovado na Casa dos Representantes, mas barrado no Senado. Naquela época, um dos que mais se empenharam pela garantia de uma renda foi Martin Luther King Jr, como se pode observar em seus inúmeros ensaios em “Where Do We Go From Here: Chaos or Community?”, de 1967, onde afirma; “Eu agora estou convencido de que o mais simples meio provará ser o mais eficaz – a solução para a pobreza é aboli-la diretamente por meio de uma medida agora amplamente discutida: a renda garantida.”

Em 2005, numa estada nos EUA, procurei o ex-Senador Mc Govern, que havia perdido a eleição presidencial para Richard Nixon, em 1972, para lhe relatar que o Brasil havia aprovado a instituição de uma Renda Básica de Cidadania, conceito semelhante ao que ele defendera em 1972. Ele ficou feliz e me disse; “Bem que me diziam que eu era uma pessoa com ideias adiante de seu tempo”.

Entrevistadora - Como se desenvolveram os programas de transferência de renda nos EUA, na

Europa e, mais recentemente, nos países em desenvolvimento, na América Latina e na África?

Eduardo Suplicy - Em 1974, o Congresso Norte-Americano aprovou uma proposta de um imposto de renda negativo parcial, apenas para os que trabalham e não alcançam um patamar de renda, com o nome de Earned Income Tax Credit, ou Crédito Fiscal por Remuneração Recebida, o qual teve um desenvolvimento importante. Hoje, mais de 23 milhões de famílias recebem essa complementação de renda que é de mais de dois mil dólares por ano, em média. Este programa se somou aos programas de Assistência às famílias com crianças dependentes, substituído em 1996, pela Assistência Temporária às Crianças Dependentes, ao Seguro Desemprego, aos Cupons de Alimentação, e à Seguridade Social. Nas últimas décadas, quase todos os países europeus criaram programas de transferências e garantias de renda, a exemplo da Renda Mínima de Inserção: na França, do Rendimento Familiar Mínimo; em Portugal, de benefícios às crianças de forma bastante generalizada. Nos países da América Latina se espalharam os programas de transferência de renda condicionada, como Oportunidades no México, Chile Solidário, Jefes e Jefas de Hogar, ou, mais recentemente, Asignación Familiar, na Argentina, Avancemos na Costa Rica e Ingreso Ciudadano, no Uruguai.

Entrevistadora - Como se criou a BIEN, Basic Income European Network, depois transformada em Basic Income Earth Network, com a participação e colaboração de brasileiros como a Professora Maria Ozanira Silva e Silva, a Professora Lena Lavinhas, do Professor Clovis Zimmermann, da Professora Elenise Scherer, da Professora Maria Núbia Alves Cruz, do Professor Cláudio Roquete, da Professora Célia Lessa Kerstenetzky e de mim, próprio, dentre outros?

Eduardo Suplicy - Em 1986, em Louvain, na Bélgica, um grupo de cientistas sociais, economistas e filósofos, dentre os quais Philippe Van Parijs, Guy Standing, Claus Offe, Robert van der Veen criaram a BIEN, Basic Income European Network, para se constituir num fórum para debater todas as formas de transferência de renda nos mais diversos países. Também para propugnar que em cada país se institua uma Renda Básica Incondicional. Desde então, a cada dois anos, a BIEN tem realizado congressos internacionais. Em 2004, por ocasião do congresso realizado em Barcelona, como havia pesquisadores dos cinco continentes, resolveu-se transformar a BIEN em Basic Income Earth Network, ou Rede Mundial da Renda Básica.

Durante o XII Congresso Internacional da BIEN, em Dublin, em junho de 2008, foi feita uma consulta, a nós brasileiros, se poderíamos sediar o próximo XIII Congresso Internacional da BIEN. Assim ficou definido, e o XIII Congresso se realizará na Faculdade

de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, FEA-USP, em 30 de junho, 1º e 2 de julho de 2010. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já aceitou fazer a conferência de abertura do evento. Será um acontecimento de grande importância acadêmica e política para o Brasil e países de todos os continentes avançarem em direção à RBC.

Entrevistadora - Há no mundo uma experiência prática da Renda Básica de Cidadania? Com que resultados?

Eduardo Suplicy - No início dos anos sessenta, numa vila de pescadores, o prefeito observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca, mas uma boa parte da população continuava pobre. Disse ele, então, aos seus habitantes. Vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para instituir um fundo que a todos pertencerá. Teve enorme resistência: “Mais um imposto. Sou contra”.

Demorou cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituído, foi tão bem sucedido que, dez anos depois, se tornou governador do Estado do Alasca que, ao final dos anos sessenta descobriu enorme reserva petrolífera. Em 1976, aquele Governador, Jay Hammond, disse aos seus 300 mil concidadãos: “Nós precisamos pensar não apenas nesta geração, mas na futura. O petróleo, como outros recursos naturais, não são renováveis. Vamos então separar uma parcela dos royalties decorrentes da exploração dos recursos naturais para instituir um fundo que a todos pertencerá. Por 76 mil votos a favor e 38 mil contra, 2X1, a proposta foi aprovada. A lei separou 25% dos rendimentos da exploração dos recursos naturais que passaram a ser investidos em títulos de renda fixa, ações de empresas do Alasca, de forma a contribuir para diversificar sua economia, dos EUA, internacionais, inclusive das 30 empresas mais lucrativas do Brasil, como a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, o Itaú e o Bradesco, o que significa que nós brasileiros contribuimos para que isso funcione lá, e empreendimentos imobiliários. O valor do Fundo Permanente do Alasca evoluiu de aproximadamente US\$ 1 bilhão, no início dos anos oitenta, para US\$ 40 bilhões, recentemente. Em 2009 sofreu um declínio por causa da crise econômica, mas está em recuperação.

Cada pessoa residente no Alasca, desde que há um ano ou mais, que tenha preenchido um formulário de apenas uma página, entre 10 de janeiro e 31 de março, em que diz: o seu endereço de trabalho, de residência, se mora lá há um ano ou mais, mesmo que tenha viajado, número de pessoas na família até 18 anos, não precisa informar o rendimento e o patrimônio; poucos dados a mais e o testemunho de duas pessoas sobre se as declarações são verdadeiras. Quem assim procedeu, desde o início dos anos oitenta, até o início de outubro, recebeu em sua conta bancária, por transferência eletrônica ou por cheque, em sua residência, se assim preferiu,

a cada ano, primeiro cerca de US\$ 300,00, e gradativamente mais, até US\$ 2.069 por pessoa em 2008. Em 2009, baixou para US\$ 1305, em função da crise que abalou a economia e fez baixar o valor do petróleo e das ações na Bolsa de Nova York.

Por ter distribuído cerca de 6% do Produto Interno Bruto ao longo dos últimos 26 anos a todos os seus habitantes ali residentes há um ano ou mais – são cerca de 700 mil atualmente, dos quais 611 mil cumpriram aquele requisito em 2008 - o Alasca se tornou o mais igualitário dos 50 Estados Norte Americanos. Ao longo do período 1989-99, enquanto as famílias 20% mais ricas nos EUA tiveram um crescimento da sua renda familiar per capita de 26%, as famílias 20% mais pobres tiveram um crescimento de 12%. Já no Alasca, graças aos dividendos proporcionados igualmente a todos os habitantes, o crescimento da renda familiar per capita das famílias 20% mais ricas foi de 7%; portanto, cresceram. Já o das famílias 20% mais pobres foi de 28%, portanto 4 vezes mais. O que significa que, para o objetivo de se alcançar uma sociedade mais equitativa, a experiência foi altamente bem sucedida.

Entrevistadora - É o conceito de Capital Básico similar ao da Renda Básica? Já foi aplicado em algum país?

Eduardo Suplicy - Em 1999, os professores Bruce Ackerman e Ann Alstott, da Universidade de Yale, publicaram o livro “The Stakeholder Society”, ou “A Sociedade dos Participantes. Baseados na proposta de Thomas Paine, eles propuseram que toda pessoa nos EUA, ao completar 21 anos, tenha o direito de receber uma soma de US\$ 80 mil para iniciar a sua vida adulta, com a possibilidade de gastar no que bem aprover, seja para completar seus estudos, iniciar um empreendimento ou o que for. Um de seus estudantes de pós-graduação, membro da Sociedade Fabiana e amigo do Primeiro Ministro Tony Blair, transmitiu-lhe a idéia. E quando Blair anunciou que sua esposa Cherie estava grávida de seu quarto filho, Alexandre, ele anunciou que daí para a frente toda criança nascida no Reino Unido passaria a ter depositada na sua conta bancária, ao nascer e ao completar 6, 11 e 16 anos, respectivamente, as somas de 250, 50, 50 e 50 libras esterlinas. Se a família da criança tiver uma renda familiar anual inferior a certo patamar, próximo de 17 mil libras esterlinas, aquelas somas passarão a ser 500, 100, 100 e 100 libras esterlinas, respectivamente. Como elas rendem juros, quando a pessoa completar 18 anos, terá para seu livre dispor uma soma que se aproximará de pelo menos 4 mil ou 5 mil libras esterlinas, pelo direito de todos partilharem da riqueza da nação. Com o nome de “Child Fund Trust”, ou Fundo Patrimonial da Criança, esta lei que o criou foi aprovada pelo Parlamento do Reino Unido em 13 de maio de 2003. Finalmente, em sua terra natal, a

proposição de Thomas Paine, formulada em 1795, foi aplicada, ainda que modestamente.

Um Capital Básico sempre pode ser transformado num fluxo de Renda Básica ao longo do tempo, e vice-versa. Portanto, são conceitos irmãos, semelhantes. No Brasil, Sérgio Luiz Moraes Pinto elaborou uma tese de doutoramento na EAESP-FGV, sobre “A Sociedade dos Participantes” em que propõe a instituição de um Capital Básico em nosso país.

Entrevistadora - Quais foram os precursores e os pioneiros da proposta da RBC no Brasil?

Eduardo Suplicy - No Brasil, podemos considerar a instituição de uma Renda Básica de Cidadania como consistente com os valores propugnados pelos indígenas que viviam em comunidade, pelos quilombolas e abolicionistas combatentes pela abolição da escravatura e por todos aqueles pesquisadores e cientistas que lutaram para que o Brasil pudesse criar uma nação justa. Dentre esses, podemos citar Caio Prado Junior, Milton Santos, Josué de Casto e Celso Furtado. Em 1956, como deputado federal pelo PTB, num pronunciamento na Câmara dos Deputados sobre desníveis de renda, o autor de “Geografia da Fome” e de “Geopolítica da Fome”, Josué de Castro, disse:

“Eu defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que têm todos os brasileiros de ter um mínimo para a sua sobrevivência.”

Foi nos anos 1966-68, quando fiz meus estudos de Mestrado em Economia na Michigan State University, EUA, que me deparei com o conceito da garantia de renda através de um imposto de renda negativo. Quando fiz o Doutorado em Economia na MSU, com 15 meses de estudo na Universidade de Stanford, nos EUA, mais me familiarizei com o conceito. Ao voltar ao Brasil, interagi com o professor Antonio Maria da Silveira que, em 1975, na Revista Brasileira de Economia, propôs que se instituísse no Brasil um imposto de renda negativo no artigo “Moeda e redistribuição de renda”. Quando me elegei Senador pelo PT-SP, pela primeira vez, em 1990, chamei o professor Antonio Maria para colaborar na proposição de um Programa de Garantia de Renda Mínima, PGRM. Toda pessoa adulta, de 25 anos ou mais, que não alcançasse pelo menos 45 mil cruzeiros mensais, teria direito a um complemento da ordem de 30% a 50%, a critério do Poder Executivo, da diferença entre aquele patamar (na época, de cerca de US\$ 150.00 mensais) e o nível de renda da pessoa. O projeto foi aprovado pelo Senado Federal, por consenso de todos os partidos, em 16 de dezembro de 1991. Foi para a Câmara dos Deputados, onde, na Comissão de Finanças e Tributação, recebeu parecer entusiástico do Deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

Foi, então, que o debate sobre a matéria frutificou no Brasil. Em 1991, num debate com aproximadamente 50 economistas com afinidade

com o PT, realizado em Belo Horizonte, em que a convite de Walter Barelli, eu e Antonio Maria da Silveira apresentamos a proposta do PGRM. O Professor José Márcio Camargo, da PUC-Rio de Janeiro, ponderou que a garantia de uma renda mínima era um bom passo, mas deveria ser feito para as famílias carentes, com crianças em idade escolar, desde que frequentassem a escola. Assim, não seriam instadas a trabalhar precocemente para ajudar no sustento de suas famílias. Escreveu dois artigos na “Folha”, em 3 de dezembro de 1991 e em 10 de março de 1993, sobre o tema. Desde o final dos anos oitenta, o Professor Cristóvam Buarque, na Universidade de Brasília, pensava em algo semelhante.

Assim, em 1995, tendo em conta estas reflexões, o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB), em Campinas, e o Governador Cristóvam Buarque (PT), no Distrito Federal, iniciaram os seus programas de renda mínima associados às oportunidades de educação e Bolsa-Escola. Toda família que não recebesse, à época, até meio salário mínimo mensal per capita, então 70 reais, teria direito de receber o suficiente para completar os 70 reais per capita, em Campinas, ou um salário mínimo, no Distrito Federal. Aquelas experiências se alastraram por dezenas de municípios, como Ribeirão Preto, Piracicaba, Jundiaí, São José dos Campos, Belo Horizonte, Belém, Mundo Novo etc. por todo o Brasil. No Congresso Nacional surgiram diversos projetos de lei para que a União reforçasse os municípios que caminhassem nessa direção.

Em 1996, levei o Professor Philippe Van Parijs, filósofo e economista que tão bem tem defendido a Renda Básica de Cidadania, para uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza; presente, o Dep. Nelson Marchezan, um daqueles proponentes. Van Parijs salientou que o objetivo melhor seria a renda básica incondicional, mas que se iniciar a garantia da renda mínima associando-se às oportunidades de educação era um bom passo, pois estaria relacionado-a ao investimento em capital humano. Foi então que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu o sinal verde para que fosse aprovada a Lei 9.533, de 1997, que autorizava o governo federal a conceder apoio financeiro, de 50% dos gastos, aos municípios que instituíssem programa de renda mínima associado a ações socioeducativas.

Em março de 2001, foi aprovada pelo Congresso Nacional e, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma nova lei, de sua iniciativa, a de No. 10219/2001, que autoriza o governo federal a realizar convênios com os governos de todos os municípios brasileiros para adotarem o programa de renda mínima, associado à educação, ou Bolsa Escola. O presidente chamou a Lei de José Roberto Magalhães Teixeira, em homenagem ao Prefeito de Campinas, que havia falecido. Pouco depois o governo instituiu o Programa Bolsa-Alimentação e o

Auxílio-Gás. Em 2003, o governo Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o programa Vale-Alimentação.

Em outubro de 2003, o governo do Presidente Lula resolveu unificar e racionalizar os diversos programas como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás, no Programa Bolsa Família, o qual passou a ter 3,5 milhões de famílias inscritas em dezembro de 2003. Expandiu-se para 6,5 milhões de famílias em dezembro de 2004, 8,5 milhões de famílias em dezembro de 2005 e 11 milhões de famílias em dezembro de 2006. Deverão ser cerca de 13 milhões de famílias ao final de 2009, com os valores que foram ajustados, até alcançar os valores acima explicados, hoje vigentes.

Entrevistadora - Que avaliação podemos fazer hoje do Programa Bolsa Família?

Eduardo Suplicy - O Programa Bolsa Família, ao lado de outros instrumentos político-econômicos, contribuiu para que o Brasil diminuísse o grau de desigualdade e reduzisse a pobreza absoluta. Segundo estudo do IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, número 30, PNAD 2008, Primeiras Análises, de 24 de setembro de 2009, o coeficiente Gini de desigualdade da renda domiciliar per capita, que atingira 0,599, em 1995, 0,581, em 2003, diminuiu gradualmente, a cada ano, até chegar em 0,544 em 2008. A proporção de famílias com renda abaixo da linha considerada extremamente pobre, com renda mensal per capita abaixo de R\$ 93,75 que era de 17,5% em 2003, baixou para 8,8% em 2008. A proporção de famílias pobres, com renda mensal per capita abaixo de R\$ 187, 50, baixou de 39,4% em 2003, para 25,3%, em 2008.

Esse resultado alvissareiro pode também ser mostrado da seguinte forma. Os 20% mais pobres tiveram um crescimento na renda per capita 47 pontos percentuais mais acelerados. Enquanto em 2001 a renda média dos 20% mais ricos era 27 vezes a dos 20% mais pobres, em 2008 passou a ser 19 vezes; uma redução de 30% na desigualdade em 7 anos.

O Brasil, apesar dos progressos alcançados, é ainda um dos países mais desiguais do mundo; agora, o décimo mais desigual dentre todos. Enquanto os 40% mais pobres vivem com 10% da renda nacional, os 10% mais ricos vivem com mais de 40%. A renda apropriada pelo 1% mais rico é igual à dos 45% mais pobres. A criação e expansão do Programa Bolsa Família, que foi precedido pelos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e outros, teve efeitos positivos. Para avançar ainda mais em direção à erradicação mais eficiente e direta da pobreza absoluta, à maior equidade e à garantia de maior liberdade real para todos, é que se propõe a aplicação da Renda Básica de Cidadania.

Entrevistadora - Como surgiu o projeto de lei para instituir no Brasil a Renda Básica de Cidadania?

Eduardo Suplicy - Ao longo dos anos noventa, mais e mais, passei a interagir com os pesquisadores que haviam fundado a BIEN e a participar de seus congressos bi-anuais. Persuadido fiquei, de que melhor do que se garantir uma renda através de um imposto de renda negativo, ou de formas condicionadas, seria se criar uma Renda Básica Incondicional para toda a população. Por esta razão, em dezembro de 2001, apresentei novo projeto de lei no Senado para se instituir a Renda Básica de Cidadania, RBC. O relator designado, Senador Francelino Pereira (PFL-MG), depois de estudar a proposição, disse a mim: Eduardo, é uma boa idéia. Mas você precisa torná-la compatível com a lei de responsabilidade fiscal; para cada despesa, é necessário ter a receita correspondente. Que tal você aceitar um parágrafo que diga que ela vai ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz o Bolsa-Escola, e depois o Bolsa Família, até que um dia se estenda a todos? Achei que era de bom senso; lembrei-me da recomendação de James Meade, e aceitei. Graças a essa característica, o projeto foi aprovado por consenso de todos os partidos no Senado, em dezembro de 2002 e, em dezembro de 2003, na Câmara. Em janeiro de 2004, o Ministro da Fazenda, quando consultado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse que como era para ser instituído gradualmente, era factível, portanto poderia sancionar. Assim, em 8 de janeiro de 2004, o presidente sancionou a Lei 10.835/2004, que cria a RBC. Neste dia, ele recebeu a seguinte mensagem do economista Celso Furtado:

“Neste momento em que Vossa Excelência sanciona a Lei da Renda Básica de Cidadania quero expressar-lhe minha convicção de que, com essa medida, nosso país coloca-se na vanguarda daqueles que lutam pela construção de uma sociedade mais solidária. Com frequência o Brasil foi referido como um dos últimos países a abolir o trabalho escravo. Agora, com este ato que é fruto do civismo e da ampla visão social do senador Eduardo Matarazzo Suplicy, o Brasil será referido como o primeiro que institui um sistema de solidariedade tão abrangente e, ademais, aprovado pelos representantes de seu povo.”

Entrevistadora - Será possível iniciarmos a RBC através de experiências locais, em vilas e municípios?

Eduardo Suplicy - Da mesma maneira como os primeiros programas de renda mínima associados à educação se iniciaram localmente, em Campinas e no Distrito Federal, é possível se começar a Renda Básica de Cidadania em comunidades ou em municípios.

Dentre os países em desenvolvimento, uma experiência significativa iniciou-se na Namíbia, na vila de Otjivero/Omitara, a 100 km da capital

Windoeck, em janeiro de 2008. Todos os 1.000 habitantes desta vila rural, desde então, passaram a receber 100 dólares da Namíbia, equivalentes a cerca de 12 dólares norte-americanos, por mês. A iniciativa foi da Coalizão em Favor da Renda Básica da Namíbia, que tem como um de seus principais entusiastas o Bispo Zephania Kameeta, da Igreja Luterana, e que conseguiu contribuições voluntárias de diversas fontes, inclusive de sindicatos de trabalhadores da República Federal da Alemanha, para viabilizar o fundo necessário. A revista *Der Spiegel*, de agosto de 2009, publicou uma extensa reportagem sobre “Como uma Renda Básica Salvou uma Vila na Namíbia”, em que ressalta os inúmeros efeitos positivos da experiência. Melhorou o nível de atividade econômica, inúmeras atividades econômicas se iniciaram, diminuiu a pobreza absoluta, aumentou a frequência das crianças nas escolas, melhorou o grau de nutrição, elevou-se a autoestima das pessoas, e começa a haver um grande interesse da sociedade sobre a experiência pioneira.

No Brasil, o Recivitas, Instituto pela Revitalização da Cidadania, depois de criar na Vila de Paranapiacaba, no alto da Serra de Mar, de 1.200 habitantes, uma Biblioteca Livre e uma Brinquedoteca Livre, para que pessoas disponham de livros e de brinquedos para uso de quem quiser utilizá-los, resolveu propor a todos os seus habitantes a criação de uma Renda Básica de Cidadania. A presidente, Bruna Augusto Pereira e o coordenador Marcos Brancaglione dos Santos aguardam passos a serem dados pelo Prefeito de Santo André, onde fica a vila, para seguirem adiante com o projeto. Enquanto aguardam, iniciaram uma experiência pioneira no vilarejo de Quatinga Velha, em Mogi das Cruzes, onde, desde o início de 2009, fazem o pagamento mensal de R\$ 30,00 para 57 pessoas.

Outra experiência alvissareira acontece em Santo Antonio do Pinhal, na Serra da Mantiqueira, a 177 km de São Paulo, no caminho para Campos de Jordão. Ali, em 29 de outubro de 2009, a Câmara Municipal, por consenso dos nove vereadores, aprovou o Projeto de Lei Municipal de uma Renda Básica de Cidadania proposto pelo Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, do PT, eleito em 2004 por 55% dos votos e reeleito em 2008, com 79,06% dos votos. O projeto será sancionado pelo prefeito em 12 de novembro de 2009. É o primeiro, dentre os 5.564 municípios brasileiros, que aprova uma lei que institui a RBC. Diz seu artigo 1º:

“Com o objetivo de se fazer de Santo Antonio do Pinhal um município que harmonize o desenvolvimento econômico sustentável com a aplicação dos princípios de justiça, que signifiquem a prática da maior solidariedade entre todos os seus habitantes, fica instituída a Renda Básica de Cidadania de Santo Antonio do Pinhal –RBC, que se constituirá no direito de todos os registrados e residentes ou residentes no Município há pelo menos 05 (cinco) anos, não importando sua condição

socioeconômica, de receberem um benefício monetário. “

Tal como na lei federal, será de igual valor para todos e o suficiente para prover as necessidades mínimas de cada pessoa, considerando para isso o grau de desenvolvimento do município e as possibilidades orçamentárias. E será alcançada por etapas, a critério do Conselho Municipal de RBC, priorizando as camadas mais necessitadas.

Com a finalidade de financiar o pagamento da RBC, será criado o Fundo Municipal que terá como fontes 6% das receitas tributárias do Município; doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais; transferências do Estado e da União; produtos de aplicação de seus recursos e outras. Santo Antonio do Pinhal, com 7.036 habitantes, metade dos quais em área rural, a outra urbana, tem 53 pousadas, correspondentes a 1.200 leitões, 32 restaurantes, pequenos e médios agricultores, artesões e diversas atividades de comércio e indústria. Tem boas escolas e um baixo índice de criminalidade, zero de homicídios.

É perfeitamente possível que se entusiasmem os seus visitantes, que nas temporadas e feriados lotam suas agradáveis pousadas e restaurantes, para que contribuam para a realização pioneira da RBC e dos princípios de justiça elaborados pelo filósofo John Rawls em “Uma Teoria de Justiça” (1971). Segundo o Professor Philippe Van Parijs, em “Real Freedom for All. What (if anything) may justify capitalism?” (1995) Oxford, a RBC é um dos instrumentos que contribuirá para a realização destes três princípios:

1. Toda pessoa tem direito igual ao conjunto mais extenso de liberdades fundamentais que seja compatível com a atribuição a todos desse mesmo conjunto de liberdades (princípio de igual liberdade).
2. As desigualdades de vantagens socioeconômicas só se justificam se (a) contribuem para melhorar a sorte dos membros menos favorecidos da sociedade (princípio da diferença), e se (b) são ligadas a posições que todos têm oportunidades equitativas de ocupar (princípio de igualdade de oportunidades).

Entrevistadora - Como será possível se financiar a RBC?

Eduardo Suplicy - Para se viabilizar a realização da RBC, será necessário obter os recursos que serão volumosos. Se quisermos dar um passo além do Bolsa Família, mesmo que modesto, seria de bom senso começarmos pelo menos com um valor acima da média paga por este programa, de R\$ 95 por família, o que significa algo como R\$ 31,50 por pessoa numa família de três. Portanto, se pensarmos numa RBC de R\$ 40,00, teríamos R\$ 240 por mês numa família de 6 pessoas. Em 12 meses, o valor

anual seria de R\$ 480 por pessoa. Se multiplicarmos por 192 milhões de brasileiros que seremos no início de 2010, teríamos a necessidade de R\$ 92,160 bilhões, ou seja, algo em torno de 3,5% do Produto Interno Bruto de R\$ 2,6 trilhões, em torno de 8 vezes o orçamento do Bolsa Família, um salto considerável. R\$ 40 por mês é uma quantia modesta, mas com o tempo, o progresso do país e a aceitação crescente da população, a RBC poderá se tornar algo como R\$ 100, um dia R\$ 1.000, e assim por diante. Para que isso seja viável, um caminho poderá ser a criação do Fundo Brasil de Cidadania, conforme Projeto de Lei No. 82/1999 que apresentei no Senado. Já aprovado por consenso pelo Senado, tramita na Câmara dos Deputados, onde já foi aprovado na Comissão de Família e Seguridade Social e agora aguarda o parecer do Deputado Ciro Gomes (PSB-CE), na Comissão de Finanças e Tributação. Constituem recursos deste fundo 50% dos recursos oriundos da autorização ou concessão da exploração de recursos naturais; 50% da renda oriunda dos aluguéis de imóveis da União, que pertencem a todo o povo; 50% dos recursos provenientes da concessão de serviços e os rendimentos provenientes da aplicação destes recursos do fundo, a exemplo da experiência do Fundo Permanente do Alasca, se pagaria a RBC a todos os residentes no Brasil.

Entrevistadora - Quando a RBC se tornará uma realidade?

Eduardo Suplicy - Quanto mais as pessoas compreenderem como a RBC contribuirá para a construção de um Brasil civilizado e justo, mais estarão a dizer ao Presidente da República, aos governadores e prefeitos: É uma boa proposta. Vamos logo colocá-la em prática, pois a Lei 10.835/2004 permite ao Poder Executivo dar os passos para implementá-la.

NOTA

1 Doutora em Serviço Social, coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.